

Manifesto do *Bloco de Resistência Socialista* para o Congresso da Classe Trabalhadora

CONSTRUIR UMA CENTRAL SINDICAL, POPULAR E ESTUDANTIL, CLASSISTA, SOCIALISTA E RADICALMENTE DEMOCRÁTICA

Companheira e companheiro,

A classe trabalhadora brasileira está prestes a dar um passo significativo na luta por seus direitos e na perspectiva de sua emancipação. Esse passo é a construção de uma nova ferramenta de luta de massas unitária dos trabalhadores e trabalhadoras.

Depois de perder um instrumento de organização construído com muito esforço e sacrifício desde os anos 80, com a transformação da CUT num aparelho burocrático a serviço do governo federal, centenas de sindicatos, oposições sindicais, movimentos populares do campo e da cidade, reúnem-se novamente para reconstruir uma nova organização unitária dos trabalhadores.

O Congresso da Classe Trabalhadora, que se realiza nos dias 5 e 6 de junho em Santos, deve reunir milhares de delegados de todo o país eleitos por sindicatos, oposições sindicais e movimentos populares do campo e da cidade. Deve também marcar a unificação de entidades como a Conlutas e a Intersindical, além de movimentos como o MTST, MTL e aqueles ligados à Pastoral Operária de SP. Todos integrados numa nova Central buscando superar a fragmentação e divisão do sindicalismo combativo e independente de patrões e governos.

As deliberações políticas desse



Congresso serão decisivas para que o movimento dos trabalhadores possa retomar a ofensiva. Não temos o direito de errar e desperdiçar essa grande oportunidade diante de uma conjuntura complexa marcada, de um lado, pela crise capitalista e do projeto burguês de dominação que vigorou nas últimas décadas, mas também por elementos de confusão na consciência de amplos setores da nossa classe.

A nova situação internacional aberta com a crise capitalista fará com que amplos setores vivam a experiência concreta dos limites desse sistema e vai oferecer condições para que os trabalhadores avancem em sua consciência de classe. Mas, sem coordenação das lutas e iniciativas, junto com um processo coletivo de tirada de conclusões políticas, constituindo um projeto global alternativo da nossa classe, o avanço na cons-

ciência pode dissipar-se sem assumir toda sua radicalidade.

Daí a enorme importância desse Congresso da Classe Trabalhadora e da construção de uma nova Central.

As entidades, movimentos e ativistas que se referenciam nas posições políticas e na atuação do **Bloco de Resistência Socialista**, esforçaram-se ao máximo para que avançássemos na direção dessa nova Central.

O **Bloco de Resistência Socialista** agrupa correntes políticas, ativistas e dirigentes sindicais, de Oposições, de movimentos populares urbanos e rurais, além do movimento estudantil, de mulheres e LGBTQTT, de várias partes do país.

Com atuação destacada no interior da Conlutas, sempre defendemos a necessidade de reconstruirmos uma ferramenta unitária de luta sindical e popular que não estivesse impregnada do vírus governista e da acomodação burocrática.

Este Manifesto é dirigido a todos os trabalhadores e trabalhadoras e tem como objetivo apresentar a visão de nosso Bloco sobre os temas cruciais em jogo nesse Congresso.

Chamamos a todos e todas que se somem a nós na defesa dessas propostas que ajudarão a construir uma verdadeira Central sindical e popular, classista, socialista e radicalmente democrática.

Os '7 pontos' do Bloco de Resistência Socialista ao Congresso da classe trabalhadora

1. Por uma nova Central para responder à crise internacional do capitalismo com uma saída socialista

A nova Central que estamos construindo nasce em meio a um cenário internacional ainda profundamente marcado pela crise do sistema capitalista. Longe de ter acabado, a crise estrutural do sistema, com seus altos e baixos, marcará todo o próximo período histórico.

Governos e organismos internacionais do grande capital fizeram tudo que podiam para evitar a repetição de uma crise das proporções da grande depressão dos anos 30. Mais de 14 trilhões de dólares foram disponibilizados pelos governos para salvar banqueiros, especuladores e o conjunto do sistema financeiro.

Se conseguiram evitar o colapso generalizado até o momento, isso foi às custas da classe trabalhadora e da maioria do povo. Desemprego, precarização, perda de direitos sociais e trabalhistas, rebaixamento salarial, empobrecimento, cortes nos gastos sociais e piora dos serviços públicos. Essas são as conseqüências da crise sobre centenas de milhões em todo o mundo.

Mais de oito milhões de empregos foram perdidos só nos EUA em dois anos. O desemprego é altíssimo mesmo nos países centrais do capitalismo e, mesmo com a débil recuperação econômica depois da primeira fase da crise, o que estamos vendo é crescimento sem geração de empregos e sem melhoria real das condições de vida para os trabalhadores.

Nos países mais débeis economicamente da Europa (Grécia, Espanha, Portugal, Itália e Irlanda) para evitar a falência financeira, tentam enfiar os cortes nos gastos goela abaixo dos trabalhadores. Mas, estão enfrentando uma poderosa resistência, como as greves gerais massivas do funcionalismo na Grécia e em Portugal.

Nos países latino-americanos, a crise abriu uma nova etapa da luta de classes. Ela provoca crises políticas e uma retomada de lutas em países governados pela direita explícita, como no caso do México, ou pela direita disfarçada, como na Argentina.

A crise também coloca em teste aqueles governos que se apresentam como anti-imperialistas como Chávez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia. Como o caso ve-

nezuelano deixa claro, as reformas limitadas e a ausência de medidas de ruptura com a lógica capitalista aprofundam a crise e abrem espaço para uma rearticulação das forças reacionárias de direita. Em meio à instabilidade política e social, o governo Chávez acaba reprimindo os próprios movimentos sociais que ousam agir de forma independente.

A nova Central deve defender a organização independente e todas as legítimas lutas dos trabalhadores venezuelanos, contra a direita golpista, os capitalistas nacionais e internacionais, os burocratas sindicais e dos governos e até mesmo o próprio governo Chávez quando retira direitos e não atende às reivindicações.

Nossa nova central também deve assumir a primeira linha da luta anti-imperialista na América latina e em todo o mundo. Mas, deve também reconhecer e combater o papel subimperialista e ao mesmo tempo de linha auxiliar do imperialismo estadunidense por parte do governo Lula. Esse papel fica evidente no caso da ocupação do Haiti, das políticas em benefício das empresas nacionais e multinacionais instaladas no Brasil sobre a América Latina, das intervenções com vistas a inibir a radicalização das lutas em países como Venezuela, Bolívia, Honduras, etc, sem falar nos estímulos à restauração capitalista em Cuba.

Nossa Central deve solidarizar-se ativamente com as lutas dos trabalhadores na China pelo direito de organização sindical e por uma verdadeira alternativa socialista. Da mesma forma, deve estar ao lado do povo palestino em sua luta pela libertação nacional e social. As iniciativas de organização e luta dentro do coração do imperialismo, nos EUA e na Europa, devem receber nosso apoio na perspectiva de unidade internacional contra o capitalismo e o imperialismo.

O caráter internacionalista da nova Central que estamos construindo deve ser uma



marca registrada de nossas ações. Um cenário internacional de intensificação da luta de classes, de polarização social e política, de radicalização em todos os sentidos, se apresenta diante de nossos olhos. Não há desfecho favorável aos trabalhadores garantido de antemão. Na verdade, o risco do aprofundamento da barbárie social e ambiental se torna mais e mais concreto. Daí a importância da organização dos trabalhadores para esse enfrentamento histórico.

Não há saída efetiva da crise estrutural do capitalismo sem a ação de massas dos trabalhadores e seus aliados que avance das lutas imediatas para uma perspectiva de construção de um novo sistema político, econômico e social efetivamente democrático e socialista.

2. Oposição de esquerda ao governo Lula e à direita tradicional - Pela unidade da esquerda socialista nas eleições

A crise mundial atingiu o Brasil com força no final de 2008 e início de 2009. Demissões em massa, recessão, arrocho e ataques foram alguns dos resultados. O governo Lula esforçou-se ao máximo para segurar as pontas da economia pelo menos até as eleições de 2010. Bilhões de reais foram gastos para salvar o sistema financeiro e para estimular a economia ajudando empresários e sacrificando os gastos sociais.

Lula também usou sua autoridade de ex-dirigente sindical para conter as lutas, domar a maioria das direções sindicais e cooptar muitas lideranças. Junto com isso, o governo fomentou a ilusão de que a crise não só já acabara no Brasil, como também colocaria o país numa situação melhor que antes. Melhor pra quem? Muitos ainda acreditam que Lula pode jogar um papel progressivo para os trabalhadores. Essa crença se dá principalmente pelas debilidades da alternativa de esquerda no país.

Mesmo representando a continuidade da política de FHC e dos tucanos a favor do grande capital financeiro – afinal, Lula pagou mais juros e amortizações da dívida pública para os especuladores do que FHC – muitos trabalhadores ainda temem a volta do tucanato ao poder.

Um setor importante da classe trabalhadora deu uma grande demonstração de força

e capacidade de luta no momento mais agudo da crise. Muitas categorias foram à greve ou realizaram mobilizações organizadas para conquistar suas reivindicações.

No entanto, as direções sindicais governistas colaboraram com a política do governo Lula de conter a radicalização e fomentar ilusões em acordos com empresários, incluindo a redução de direitos. A retomada temporária e parcial do crescimento econômico tende a fomentar mais ilusões que o governo Lula utiliza para construir sua candidatura nas eleições presidenciais.

As eleições tendem a limitar-se a uma falsa polarização entre a candidata governista e o candidato tucano, ambos representando os mesmos interesses e a mesma classe dominante. Falsas alternativas (como Ciro e Marina) tentam hipocritamente ocupar um espaço por fora das forças políticas tradicionais.

O futuro governo, seja quem for o (a) presidente eleito, enfrentará um cenário muito mais crítico e não terá a mesma autoridade e força de Lula. Será um governo que terá que aprofundar os ataques para pagar a conta da crise que o governo vem disfarçando para não desestabilizar o processo eleitoral. Terá, portanto, que se enfrentar com mais resistência e luta dos trabalhadores.

A formação da nova Central é vital para preparar as lutas duríssimas que virão. Mas, junto com isso, a classe trabalhadora precisa ter uma alternativa no processo eleitoral.

O ano de 2010 pode representar um marco na reorganização e recomposição da esquerda socialista e do movimento sindical e popular em nosso país se conseguir combinar a construção de uma nova Central com a uma intervenção unitária, firme e clara no processo eleitoral.

Mesmo sem ter ilusões nas possibilidades de mudar o regime político burguês por dentro de suas instituições, a intervenção na disputa eleitoral e as possibilidades de atuação institucional podem ser fundamentais para acumularmos forças e avançarmos na luta dos trabalhadores pelo socialismo, para dialogar com setores de massas e oferecer um contraponto à falsa polarização entre o PT e o PSDB.

Porém, se esquerda socialista intervir no processo eleitoral dividida em várias candidaturas, o efeito poderá ser desastroso. É preciso evitar isso à todo custo. É preciso unir os socialistas e construir uma Frente de Esquerda e dos Trabalhadores, envolvendo partidos como PSOL, PSTU e

PCB e outras organizações e movimentos sociais classistas e socialistas.

Essa deve ser a posição de nossa nova Central, sempre respeitando a autonomia dos sindicatos e movimentos sociais e também da nova Central, mas também chamando de forma firme e clara pela unidade da esquerda nas disputas eleitorais.

3. Reivindicar a herança da Conlutas e superar suas limitações

Em nossa avaliação, a Conlutas (Coordenação Nacional das Lutas) representou o pólo mais avançado, política e organizativamente, do processo de reorganização sindical e popular aberto com a falência da CUT. Isso se deu por várias razões. A primeira delas é não ter perdido tempo diante da necessidade de uma coordenação dos setores mais combativos do movimento sindical em razão da falência da CUT e das centrais tradicionalmente pelegas.

O fato de que ousou experimentar uma alternativa de organização para além do movimento sindical, com a participação dos movimentos populares do campo e da cidade, mas também do movimento estudantil e aqueles relacionados à luta contra as opressões (mulheres, LGBT, negros, etc) também ajudou a fazer da Conlutas um pólo de vanguarda na reorganização do conjunto do movimento.

Também em razão de ter se constituído como organização de fato, com instâncias de deliberação baseadas na participação direta das entidades e movimentos na sua Coordenação, a Conlutas fortaleceu-se e assumiu uma dinâmica estreitamente vinculada às entidades que a compõe.

A existência da Conlutas e sua atuação estimularam a reorganização do movimento sindical e popular, inclusive criando condições para que o processo de unificação com a Intersindical e outros movimentos pudesse se concretizar. A Conlutas, desde sua fundação, sempre defendeu essa unidade com os demais setores independentes do movimento sindical e popular.

A defesa da unidade por parte da Conlutas, junto com a evolução de setores da Intersindical nessa direção, em meio a um novo contexto provocado pela crise capitalista, foi o que abriu condições para a realização desse Congresso da Classe Trabalhadora.

Em nossa opinião, a nova Central que formaremos deve manter a combatividade, a perspectiva socialista e o caráter sindical e popular da Conlutas.

Mas, como parte orgânica da Conlutas, é nosso dever buscar levantar os problemas de sua experiência para que possam ser superados na nova Central. A principal dificuldade enfrentada pela Conlutas foi a de

conciliar a preocupação manifesta com a pluralidade e democracia internas com uma prática realmente coerente com essa aspiração.

A Conlutas enfrentou internamente, em níveis de base, regionais e da direção nacional, práticas hegemônicas por parte de seus setores majoritários. Muitas lições podem ser tiradas, por exemplo, do episódio em que apenas uma corrente impôs seu peso majoritário na definição da composição da Secretaria Executiva Nacional, sem levar em consideração a posição de corrente minoritárias.

Mesmo com o debate na Conlutas sobre as práticas burocráticas no movimento sindical, a disputa fratricida pelo controle dos aparatos jogou um papel pernicioso nas relações internas e está ainda longe de ser eliminada.

Uma prática hegemônica pode colocar tudo a perder na nova Central. O direito das posições majoritárias não pode significar um rolo compressor sobre as posições minoritárias. A pluralidade e tolerância à diferença é condição para que a nova Central possa não apenas se formar, mas também consolidar-se a crescer para disputar a direção do movimento sindical e popular no país.

4. Construir uma Central sindical, popular e estudantil - que unifique sindicatos, oposições e todos os movimentos populares independentes dos governos e da burguesia

A etapa neoliberal do capitalismo nas últimas décadas provocou a exclusão de milhões de trabalhadores do mercado de trabalho no mundo inteiro. A crise das receitas neoliberais em decorrência da crise capitalista desde 2008 não vai representar uma mudança nesse cenário. A exclusão social, o desemprego, a precarização, o trabalho informal baseado na super-exploração, tanto no campo como na cidade, não deixarão de ser a marca do período para milhões no Brasil e no mundo.

O fortalecimento dos sindicatos, sua ampliação, democratização e ruptura com a lógica corporativista é uma tarefa central da nova Central. Mas, tão importante quanto isso é conseguir organizar todos os explorados e oprimidos que hoje não podem ou não conseguem se organizar na estrutura sindical mas que não deixam de

lutar através dos muitos movimentos sociais.

Um desafio central da nova Central que estamos construindo é conseguir representar de forma democrática e conjunta os milhões de operários, funcionários públicos, trabalhadores precarizados, desempregados, sem-terra, sem-teto, jovens, negros, mulheres, homossexuais, comunidades indígenas, enfim, todos aqueles que sofrem com as mazelas do capitalismo em crise e que constituem a força fundamental para sua derrubada.

Camadas amplas da nossa classe perdem o vínculo orgânico e estável com o processo produtivo. Mas, não deixam de atuar na luta pela sobrevivência organizando-se a partir dos movimentos sociais, como sem-teto, sem-terra, etc. Outro perfil de organização surge entre a juventude através de movimentos culturais, etc.

Não se pode, portanto, limitar a nossa tarefa à organização dos trabalhadores sindicalizados. A tarefa da nova Central não é apenas permitir a incorporação dos movimentos populares do campo e da cidade, mas sim de estimular e fortalecer sua organização.

Muitos temem a perda do caráter de classe de nossa Central se incorporamos movimentos não diretamente sindicais e não vinculados à questão das relações de trabalho. No entanto, muitos não percebem que o câncer do burocratismo e corporativismo sindical também nos distancia dos interesses de nossa classe.

Organizar os trabalhadores na fábrica ou no bairro, na empresa ou na ocupação, na resistência contra o racismo, a homofobia, o sexismo ou na luta em defesa da educação e dos serviços públicos, é a tarefa de nossa Central. Essa deve ser mais uma inovação radical em relação às centrais sindicais governistas, burocráticas e corporativistas.

5. Construir uma plataforma de lutas e um plano de ação para o próximo período

A definição da natureza e das principais características da ferramenta e arma que estamos prestes a construir só faz sentido se temos firme consciência dos objetivos que desejamos atingir. A construção de tal conjunto de objetivos e a conformação de uma agenda unificada de lutas em torno deles é o que vai definir qual o instrumento mais adequado que precisamos.

A centralidade do trabalho deve ser fundamental na construção desta plataforma de lutas – sendo o trabalhador o principal sujeito desta transformação radical da sociedade. Desta forma, todo o amplo leque dos movimentos sociais deve ter



suas pautas específicas inseridas nesta grande agenda de lutas sempre que tenha em comum com o movimento dos trabalhadores o principal adversário: o capital.

Na construção coletiva da plataforma de lutas da nova Central devem ser destacadas bandeiras como: redução da jornada de trabalho sem redução de salários e direitos; proteção contra demissões imotivadas – adoção da Convenção 158 da OIT; salário mínimo constitucional reajustado pelo DIEESE; em defesa dos serviços públicos e seus trabalhadores; contra o racismo e o sexismo no local de trabalho e na sociedade - salário igual para trabalho igual; ampliação da licença maternidade, dos serviços de creches.

O plano de ação da nova Central deve ser desenvolvido coletivamente, mas não podem deixar de conter os seguintes pontos:

- Unificar as campanhas salariais, greves e mobilizações num amplo movimento nacional exigindo salário, direitos, emprego e condições de trabalho diante de governos e patrões. Unir trabalhadores da cidade e do campo, sem-terra e sem-teto, estudantes e movimentos de luta contra o racismo, sexismo e homofobia numa mesma luta de massas.

- Nenhuma trégua nas greves, mobilizações, ocupações de terra por causa das eleições. Pelo contrário, intensificar as lutas e impor nossa pauta de reivindicações e nossa alternativa de classe. Refletir essas demandas numa candidatura unitária da esquerda socialista nas eleições.

- Colocar a luta contra o pagamento da dívida pública aos grandes tubarões capitalistas, banqueiros e especuladores, no centro de nossa agitação e mobilização, para garantir verbas para os serviços públicos, a valorização do funcionalismo, a geração de empregos, etc.

- Colocar a luta contra a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza no centro de nossas ações. Construir ações energéticas de solidariedade a todos os ativistas e movimentos atacados.

- Que o conjunto da nova Central construa uma campanha internacionalista unitária contra as tropas brasileiras e internacionais no Haiti e em defesa da solidariedade de classe, em conjunto com uma campanha

contra as ações do imperialismo na América Latina (base militares na Colômbia, golpe e governo ilegítimo em Honduras, etc) e a colaboração do governo brasileiro.

6. Organização pela base e radicalização da democracia no movimento sindical, popular e estudantil

A organização da Nova Central deve ser fortalecida a partir da organização pela base sustentada por uma concepção aberta, radicalmente democrática, classista, autônoma e antiburocrática.

A nova Central deve rejeitar qualquer política de conciliação com os patrões e com os governos. Deve sim cuidar da organização cotidiana dos trabalhadores para lutar por condições dignas de vida e também para transformar a sociedade.

A nova Central precisa ter total autonomia em relação aos partidos políticos, pois é necessário evitar erros históricos que transformam organizações dos trabalhadores em apêndices eleitorais dos partidos. No entanto, defendemos que os partidos da classe sejam considerados parceiros no interior da central e que, no terreno eleitoral, a nova Central se posicione sempre contra qualquer aliança com a burguesia.

Para a consolidação do projeto da nova Central é preciso superar as experiências que conhecemos e mudar radicalmente a forma de organização de base. É importante lembrar que nós (assim como toda a esquerda socialista) que disputamos pela direção das entidades contra a pelegada, muitas vezes ganhamos os sindicatos e acabamos reproduzindo as mesmas práticas burocráticas, fortalecendo a estrutura conservadora que herdamos.

Precisamos nos colocar em sintonia com a essência das concepções democráticas socialistas e com os princípios da democracia proletária, prevenir a formação de castas burocráticas, assegurar a autonomia política e material das organizações que dirigimos.

Além disso, é preciso constantemente procurar fortalecer a participação dos trabalhadores nas instâncias de suas entidades. Impulsionar organização por local de trabalho. Promover reuniões sistemáticas para debater os problemas imediatos da categoria e os gerais da classe. Realizar assembleias amplas e democráticas, fazendo com que a base participe da vida cotidiana das entidades. Construir espaços e processos nos quais a base tenha efetivo controle sobre a entidade e seus dirigentes. A democracia é um antídoto fundamental contra a burocratização das entidades e dos dirigentes.

É imperativo o combate aos privilégios dos dirigentes das entidades. Esses



privilégios conduzem o dirigente a perda de identidade com a base e os deixa a um passo da conciliação com os governos e patrões para obter vantagens pessoais.

7. Respeito às diferenças e à pluralidade política em todos os níveis - do sindicato de base à Central

Toda essa discussão trata do respeito às diferenças e à pluralidade de opiniões que certamente existirão dentro da nova Central. Para tal é preciso impulsionar o deslocamento do centro de poder da entidade para baixo. Diminuir o poder da diretoria e aumentar o poder e o controle pela base das decisões e encaminhamentos adotados pela organização.

A nova Central deve ser uma entidade de frente única dos trabalhadores e não frente de tendências políticas. As instâncias de decisão não são as reuniões de negociação entre os agrupamentos políticos, mas sim os fóruns democráticos do movimento, quando inclusive os ativistas não organizados em partidos podem atuar com poder real de decisão.

A pluralidade e o respeito às diferenças políticas internas na nova Central são, portanto, condicionantes para sua consolidação enquanto setor dinâmico do processo de reorganização sindical e popular, impulsionando uma unidade superior. Não se pode admitir que, tanto na base como na entidade, a disputa pelo poder e controle de aparatos impeça um debate sério e democrático sobre as divergências, desqualificando posições ou levantando acusações morais.

O controle da base sobre suas direções pode evitar os processos de usurpação de representação que é feito pelos dirigentes e entidades quando deixam de defender os interesses dos trabalhadores ou de respeitar suas decisões. Ao mesmo tempo, a democracia operária é fundamental para assegurar a vigência da pluralidade, o respeito à diversidade política na categoria e na própria direção das entidades.

Para atingir qualquer desses objetivos é preciso definir medidas concretas que devem ser adotadas pelas entidades que comporão a nova Central, como normas estatutárias, inclusive.

Algumas propostas:

a) Fazer essa discussão com a base. Precisamos iniciar um amplo e prolongado trabalho de reeducação dos trabalhadores. Isso começa por dar consciência da deformação que significa o funcionamento atual das entidades de classe. Da mesma forma, é preciso denunciar práticas comuns na CUT e na Força Sindical de distribuir brindes e camisetas nas eleições, ou fazer churrascos e cervejada para levar os trabalhadores às assembleias.

b) É preciso diminuir o poder das diretorias das entidades. A base decide! Realização de assembleias regulares, e reuniões com os trabalhadores para decidir sobre assuntos importantes (com informação anterior a categoria sobre os temas a serem tratados e propostas existentes).

As assembleias são soberanas e todos os dirigentes devem respeitar suas decisões. As direções das entidades devem respeitar e aplicar as decisões tomadas democraticamente na base, através de assembleias ou das organizações de base.

c) Implantação de Conselhos Deliberativos compostos por ativistas de base, tais como cipeiros, membros de comissão de fábrica, delegados sindicais, conselho de representantes de área ocupadas por sem terra e outros. Onde for possível e adequado, os delegados eleitos para os congressos da categoria poderão compor também esse Conselho. O Conselho deliberativo terá poderes de decisão acima da diretoria do sindicato.

d) Implantação do colegiado como funcionamento de diretorias, com o fim do presidencialismo. Isso democratiza as relações, responsabilidades e tarefas dentro da

diretoria. Deve existir o rodízio nas coordenações das entidades.

e) Funcionamento regular das instâncias de discussão e deliberação da entidade.

f) Nos momentos de mobilização e greves, é muito importante a constituição de comandos de mobilização ou comandos de greve, compostos por trabalhadores de base eleitos em assembleia.

g) É necessário buscar integrar de forma plena a base à entidade, com mudanças nos estatutos (onde isso for necessário) e na prática da entidade, incorporando os trabalhadores terceirizados, por exemplo.

h) Prestação de contas regular à categoria, de acordo com os estatutos das entidades, com intervalos máximos de um ano, ou no caso de categorias estaduais e nacionais, uma por gestão, da forma mais minuciosa que for possível (salários de diretores e funcionários, carros etc.), de maneira compreensível para o trabalhador de base. Nesse sentido é importante que o boletim de convocação da assembleia de prestação de contas já divulgue o balanço que a diretoria vai levar para a assembleia.

i) Não deve ser tolerado dentro das organizações dos trabalhadores a prática de calúnias, agressões físicas, machismo, discriminação racial e homofóbica, assédio moral, sexual etc.

j) As entidades devem criar mecanismos que garantam o debate e a organização da luta contra todas as formas de opressão.

k) Somos pela proporcionalidade direta e qualificada nas diretorias das entidades, onde cada chapa deve compor a direção de acordo com o número de votos obtidos. Em situações excepcionais, no caso da necessidade de barrar setores pelegos bancados pela patronal, a proporcionalidade deve se dar no campo da nova Central, através de Convenções democráticas e pela base.

Fazem parte do **Bloco de Resistência Socialista**, as seguintes correntes:

Alternativa Revolucionária Socialista (ARS)
Alternativa Socialista (AS)
Grupo de Ação Socialista (GAS)
Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR)
Movimento Nascente Socialista (MNS)
Reage Socialista

Os dirigentes e ativistas dessas correntes tem participação destacada em entidades sindicais e populares como:

CPERS, Oposição Apeoesp (SP), SEPE-RJ, Sindicatos de Gráficos de MG e DF, Federação Nacional dos Gráficos, Terra Livre - movimento popular do campo e da cidade, Oposição Sintaema (SP), Oposição Sind. Alimentação - SJC e região (SP), Oposição Sindguardas (SP), Sinsprev (SP), Oposição Sindsaúde do Pará, Oposição Educação do PA, Judiciário Estadual do PA, Oposição Sepub (PA), Movimentos populares de Belém (PA), Sindsaúde do Rio Grande do Norte, Sindsef do RN, Oposição bancários (RN) e muitas entidades estudantis de universidades como USP, Unicamp, PUCCamp, UFF, UFRJ, UERJ, UFC(Ceará), UFS (Sergipe), além de várias outras do movimento sindical, popular e estudantil.